

Fenómeno da desvalorização da língua Ibinda pelos jovens do bairro Marien Ngouabi: uma incursão aos factores sociolinguísticos da cidade de Cabinda

***Phenomenon of the devaluation of the Ibinda language by the young people of Marien
Ngouabi distreet: an incursion to the sociolinguistic factors in the city of Cabinda***

Martins Nvuenda Baveca^{1*}

¹ Lic. Professor de Língua Portuguesa no Ensino Secundário.

*Autor para correspondência: martinsbaveca@gmail.com

RESUMO

O presente artigo enquadra-se dentro dos requisitos do Curso de Mestrado em Educação, considerado componente necessário para a defesa da dissertação. E tem como objectivo “Conhecer os factores sociolinguísticos que estão na base do preconceito linguístico no uso da língua ibinda pelos jovens do bairro Marien Ngouabi/Cabinda”. Metodologia utilizada: a observação e estudo documental, e como técnica de colecta de dados – a entrevista. Os principais resultados da entrevista espelham que a principal culpado da desvalorização da Língua Ibinda nos jovens munícipes é do Estado por não traçar políticas linguísticas que visam conservar o ibinda e por outro, a culpa é também dos próprios cabindas que não valorizam a sua cultura.

Palabras clave: Sociolinguística, Desvalorização da Linguagem, Língua ibinda africana, cultura linguística.

ABSTRACT

This article fits within the requirements of the Master's Degree in Education, considered a necessary component for the defense of the dissertation. And its objective is "To know the sociolinguistic factors that are the basis of linguistic prejudice in the use of the ibinda language by young people in the Marien Ngouabi / Cabinda distreet ". Methodology used: observation and documentary study, and as a data collection technique - the interview. The main results of the interview show that the main culprit for the devaluation of the Ibinda language in young residents is the State's failure to outline linguistic policies aimed at conserving ibinda and, on the other hand, the fault is also of the Cabindians themselves who do not value their culture.

Keywords: Sociolinguistics; devaluation of the language; ibinda african language; linguistic culture.

INTRODUÇÃO

O ser humano sempre viveu em sociedade cujo processo de socialização é estabelecido a partir de um veículo de comunicação – a língua. A língua é um importantíssimo recurso social não só pelo pendor comunicativo do qual nasce, mas também por conter um valor cultural. Nesta óptica, ao se falar da cultura caracterizante de um povo encontra-se no seu eixo central a língua. Abdula, Tibane & Quebi (2017, p. 23), consideram que “em todo mundo, as línguas desempenham um papel importante na comunicação. É através dela que se estabelecem laços de pertença étnica, política, econômica ou cultural”.

Realizou-se este artigo científico a partir da vasta experiência social em duas províncias do país. Primeira província: Cabinda terra que nos viu a nascer e depois a província da Lunda-Norte considerada local de jurisdição e residência actual, aproximadamente dez anos. A percepção nos leva a considerar que o uso das línguas africanas – o caso ibinda nos jovens da cidade de Cabinda não se constitui hábito, o que é bastante preocupante, pois se hoje por hoje, tendo ainda em vida a geração de adultos que nasceram antes da independência nacional, cuja língua materna uma das sete variantes do ibinda, entre elas ilindji, iyombe, ikwakongo, ivili, iwoyo, issundi e ikoci, a cultura do uso das mesmas não é notória nos jovens, este facto nos deixa bastante desassossegados, pois daqui a mais anos essas variantes tendem a desaparecer nesta localidade, ficando apenas nas zonas rurais.

Utiliza-se o termo “inclusão das línguas africanas mal concebida”, porque estão a ser ensinadas como línguas segundas e o português como língua primeira. Ao passo que deveria ser o contrário. Entende-se que a forma como as línguas nacionais estão a ser ensinadas nas escolas utilizando a mesma metodologia que se ensina o inglês e francês no prisma de línguas segundas, integrando-as como mais uma disciplina curricular, acredita-se que não vai resultar, a título de exemplo, temos crianças que começaram a aprender o inglês desde a 7.^a classe até a universidade e que não falam essa língua e recea-se que isto venha acontecer com a Língua Ibinda.

Sugere-se que o ibinda seja incluído no sistema de ensino como língua primeira, isto é, utilizar o ibinda para ensinar outras ciências, o professor que entra na 7.^a Classe para leccionar Química, por exemplo, faz a transmissão de conhecimentos em ibinda. E que essa metodologia seja aplicada pelo menos em todo o ensino de base.

Diante do acima exposto, determinou-se como **pergunta científica:**

Quais os factores sociolinguísticos que estão na base da desvalorização da Língua Ibinda pelos jovens do bairro Marien Ngouabi /Cabinda? E como **objectivo da investigação:** Conhecer os factores sociolinguísticos que estão na base da desvalorização da Língua Ibinda pelos jovens do bairro Marien Ngouabi/Cabinda.

Como principais hipóteses da desvalorização da Língua Ibinda pelos jovens destacam-se:

- 1- Falta de boas políticas linguísticas do Estado angolano para a conservação, divulgação, investigação e a obrigatoriedade do povo falar as línguas africanas – o caso ibinda.
- 2- Falta de inclusão, por regiões, uma das línguas africanas mais faladas como segunda língua oficial.
- 3- Falta de inclusão do ibinda como língua de ensino e não como disciplina curricular apenas.
- 4- O preconceito linguístico dos jovens em falar o ibinda é resultado das sequelas do processo de colonização que se fortalece pela ignorância social.

O presente trabalho é de natureza social, para tal, determina-se como população os jovens munícipes do bairro Marien Ngouabi. E como amostra, inquiriu-se 50 jovens do Marien Ngouabi/Cabinda.

DESENVOLVIMENTO

Sociolinguística

A sociolinguística é a área da linguística que estuda a relação existente entre a sociedade e as suas línguas, concomitantemente a política linguística estabelecida pelo Estado.

No entender de Mpanzo (2018) “a Sociolinguística estuda a língua em toda a sua variedade. Ela considera a variação linguística como um facto que deve ser explicado na sua essência e dentro das suas funções e das relações que mantêm entre si” (p. 30).

A relação entre língua e sociedade é aceite por muitos pesquisadores que se dedicam ao estudo da língua e, apesar de algumas teorias da linguagem apresentarem interpretações diversas dos fenômenos linguísticos, aproximando-os ou distanciando-os do seu papel na vida social, os estudos sociolinguísticos comprovam ser inegável a relação entre língua e sociedade, sendo, portanto, imprescindível o entendimento desse vínculo quando se discute o fenômeno lingüístico (Etto & Carlos, 2017, p. 16).

As reflexões sobre a realidade linguística dos jovens do bairro Marien Ngouabi/Cabinda leva a questionar o seguinte: Qual é a relação existente entre a situação sociolinguística e a evolução do povo ibinda?

Dentro dos estudos das línguas, considera-se ser importante analisar a questão da evolução dos povos, por ser fundamental para a compreensão da diversidade linguística numa região. Saussure (1997), defendendo o processo de continuidade linguística destaca que a linguagem humana deve ter evoluída a partir de um sistema pré-lingüístico anterior existente entre os nossos ancestrais pré-humanos. Essas teorias podem ser chamadas de teorias baseadas na continuidade linguística.

Esta visão é indispensável para a compreensão da relação inseparável entre as línguas e os povos.

Mas, infelizmente, quanto às línguas africanas – o caso da Língua Ibinda, parece não houver um processo de continuidade linguística e sim, uma descontinuidade linguística. Porque, noutrora, as pessoas tinham o ibinda como língua materna e actualmente não.

O ibinda como língua africana

A questão de que qual é a denominação correcta da língua falada em Cabinda constitui uma situação que levanta muitos debates no seio dos académicos locais e até ao nível nacional, pois parece que, politicamente, é um problema ainda por se rever. Oficialmente, até ao momento, o termo fyote é o mais utilizado nos meios de comunicação social.

Mas se for analisado linguisticamente, segunda a sua etimologia, o termo fyote é utilizado para designar algo pequeno, por exemplo *mambo ma fyote*, em português significa pequeno problema. Quando a palavra *fyote* é precedida de “*n*”, isto é, *nfyote* significa negro, por essa analogia pode ter também o significado de negro.

Politicamente, este conceito foi concebido para denominar o conjunto de variantes linguísticas faladas no território de Cabinda, designação que se considera desviada segundo o padrão linguístico que considera que a denominação de língua de uma determinada região deve ser tomada a partir daquela língua maioritária do mesmo território, isto é, aquela com mais falantes. Neste caso, em Cabinda, a etnia maioritária é yombe, neste caso, a língua que se fala em Cabinda deveria ser denominada de yombe.

Entre os cabindas designam, ainda hoje, por fiote – no sentido de inferior, pequeno – tudo quanto seja nativo, a começar pelas pessoas, a continuar pelos animais e a acabar nos frutos silvestres. Dão sonoramente o epíteto do branco (*mu ndele*) às coisas e animais mais corpulentos que os seus. E, assim, temos a galinha fiote e a galinha do branco; o ananás fiote e o ananás do branco. Eles próprios se dão o nome de fiotes, termo que, além doutros sentidos, inclui o de pequenez (Muller, 2015, p. 147).

Mas parece que se se aplicar o termo yombe como língua desta região poderia gerar outra polémica, pois, os cabindas são todos irmãos e estas sete etnias e as suas variantes coabitam, por isso que vale apenas utilizar o termo ibinda, porque apresenta uma morfologia unificadora. É importante realçar que Cabinda é um único povo e a Língua Ibinda é uma única língua com sete variantes entre as quais: issundi, yombe, ilindji, ivili, ikoce, ikwakongo e iwoyo.

Nesta óptica, antecedendo o prefixo linguístico “*i*” que deriva da designação das variantes **issundi**, **yombe**, **ilindji**, **ivili**, **ikoce**, **ikwakongo** e **iwoyo** ao lado do termo **cabinda** com a quebra da desinência “ca” (que deriva do Mafuka) temos o termo **IBINDA**, que consideramos universal como designação das variantes faladas em Cabinda.

Preconceito linguístico

Uma das questões menos debatidas no seio dos académicos e principalmente nos linguistas é a situação do preconceito linguístico que aos poucos vai erradicando as línguas africanas – no caso o ibinda, este fenómeno se verifica, em geral, quase em todas as cidades do país, na medida que os falantes vão deixando de falar as línguas dos nossos ancestrais, há uma sobreposição das línguas ocidentais, no nosso contexto – o português.

No lugar do termo desvalorização da língua usa-se a palavra preconceito linguístico por ser mais comum.

O preconceito linguístico nos jovens residentes na cidade de Cabinda a cada dia vai crescendo quer nas pessoas iletradas quer nos académicos. As pessoas preferem abdicarem-se das línguas africanas e enveredarem-se à Língua Portuguesa não só por ser língua oficial, mas também por vaidade. Vive-se numa sociedade em que falar o português é motivo de prestígio e falar ibinda é uma questão de vergonha, este comportamento é resultado do espírito colonial.

A primeira hipótese é a de que a colonização criou uma ideia de inferioridade das nossas línguas, de tal forma que não as usamos para fins legais; a segunda é a de que os governantes que alcançaram as independências esqueceram a sua identidade linguística, favorecendo e dando maior prestígio às línguas dos colonizadores; a terceira é que há falta de pesquisas que incentivem o desenvolvimento africano baseado em políticas que privilegiam as línguas locais (Abdula, Tibane, & Quebi, 2017, p. 24).

Essas línguas europeias ressignificadas em África incorporaram a resistência à dominação e a memória das línguas africanas, principalmente através da introdução de novos léxicos e variações sintácticas, Mariani (2008) *apud* Silva (2010).

O comportamento dos municípios da cidade de Cabinda a respeito do uso da língua africana ibinda, segundo um olhar linguístico, pode ser considerado como um preconceito linguístico.

O preconceito linguístico é todo juízo de valor negativo (de reprovação, de repulsa ou mesmo de desrespeito) às variedades linguísticas de menor prestígio social. Normalmente, esse pré-julgamento dirige-se às variantes mais informais e ligadas às classes sociais menos favorecidas, as quais, via de regra, têm menor acesso à educação formal ou têm acesso a um modelo educacional de qualidade deficitária, Bernardo (2020).

A partir dessas afirmações há uma questão que não se cala: Porque após a conquista da independência as pessoas querem continuar a privilegiar a língua portuguesa em detrimento do ibinda?

Após a independência nacional e em pleno processo de alfabetização em massa, onde os moradores das zonas urbanas aparecem as pessoas mais letradas em comparação com as das zonas rurais, mas existe um paradoxo quando se fala do preconceito linguístico, os habitantes das zonas rurais são os mais conservadores e sem preconceito de falar as línguas africanas. E os moradores das zonas urbanas envaidecidos aparecem querer continuar com o processo de colonização, desta vez sem imposição.

Este fenómeno não é só acentuado pelos municípios, mas também tem um cunho político. Como esclarece Bernardo (2020), o preconceito linguístico deriva da construção de um padrão imposto por uma élite económica e intelectual que considera como “erro” e, consequentemente, reprovável tudo que se diferencie desse modelo.

Os factores que estão na base do preconceito linguístico nos referidos municípios relacionam-se também com a questão da insuficiência de políticas nacionais de valorização de línguas africanas e ainda interligado a diversos factores tais como: as oportunidades sociais às pessoas que falam ibinda consideradas desfavorecidas (situação económica), o racismo, preconceito religioso, preconceito cultural, entre outros.

Na mesma linhagem Abdula, Tibane & Quebi (2017) acrescentam que:

África, apesar de ser um continente sofrido por causa da colonização, aproveita muito pouco os recursos linguísticos disponíveis para criar um desenvolvimento que emerge dos próprios africanos. Nesse contexto, muitas línguas africanas estão em vias de extinção por causa de políticas governamentais que não protegem, ou melhor, que dão um status sociocultural e político a essas línguas (p. 23).

Todos factores acima mencionados são consequências do processo de colonização. Pois a questão linguística na África é consequência do processo de colonização que introduziu e impôs no continente também uma colonização linguística a partir do inglês, francês, português e espanhol. Esses quatro idiomas de origem europeia promoveram profundas transformações linguísticas em uma África actualmente com cerca de 2092 línguas autóctones. A partir do início século XX, portanto, durante o período colonial da África, reconheciam o papel da língua tanto quanto as nações europeias modificaram toda estrutura político-sócio-económica da África, sobretudo após a Conferência de Berlim 1884-1885, Silva (2010).

As nações africanas em geral preferem utilizar as línguas europeias como oficiais por apresentarem estudos avançados, facto que facilita a cooperação por se considerarem ser línguas internacionais.

Segundo Silva (2010, p. 6) do ponto de vista político, a escolha da língua de origem europeia como oficial mostrou-se positiva, para as elites, sob os seguintes aspectos:

- a) Apresentava um valor simbólico, tinha instrumentos linguísticos definidos, como a escrita, a gramática, o dicionário, além de vasta literatura e história documentada ao contrário de muitas línguas africanas, isto é, a língua europeia detinha a praticidade em relação ao mundo atual com suas tecnologias e avanços científicos.
- b) Exerceria o papel de língua de contato internacional das novas nações com os demais países do mundo.
- c) Evitaria problemas causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo consequentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais. Dessa forma, optou-se pela língua do colonizador que é vista como neutra.

Este facto vai adiando e dificultando o processo de valorização das línguas africanas em Angola, pois, entende-se que, se depois da independência nacional se adoptasse o kimbundo, por exemplo, como segunda língua oficial as gerações actuais já estariam a falar a mesma língua.

Por que o kimbundo? Por seguintes situações:

- a) Por ser a língua africana da capital do país onde se concentram as elites políticas.
- b) Língua dos primeiros líderes do país, aqueles que formaram o primeiro aparato governamental.
- c) Uma das línguas com estudos avançados.

Silva (2010, p. 6), considera que “os países africanos de maioria árabe: mesmo com diversidade étnica, apresentam uma maioria étnica árabe e aplicam uma política de arabização do país sob o aspecto linguístico, isto é, valorizam as suas línguas. É o caso da Argélia, Marrocos, Tunísia, Egipto e Líbia”.

Segundo Silva os países da África Subsaariana com política endoglóssica, isto é, que apresentam uma política de promoção da língua interna. Podemos dividi-los em dois grupos:

- Países com vasta diversidade étnica e linguística: África do Sul, Etiópia, Eritreia, Quénia, República Centro Africana, Tanzânia e Uganda.

Países com uma etnia majoritária: Botswana, Burundi, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Ruanda, Somália e Suazilândia.

No nosso entender, os países vizinhos como República do Congo Democrático, Congo e nos PALOP, temos Moçambique e Cabo Verde são exemplo de países que valorizam as línguas africanas, desde do ponto de vista de ensino, social e até político.

Mas temos de admitir que na cidade de Cabinda a realidade é bastante diferente, onde as pessoas aparentemente querem ser europeus, falar o ibinda é motivo de descredibilidade, tal como mencionamos anteriormente. As pessoas que falam o ibinda são consideradas atrasadas, este facto que é consequência do grande processo de colonização leva a desvalorização dessa língua nos municípios do Dundo.

Muitas famílias proíbem os filhos falar o ibinda com o pretexto de que teriam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, pois o referido processo é desenvolvido em português.

A função identitária da língua num povo

Cada povo é um conjunto de hábitos e costumes, e como elemento caracterizante que facilita as suas relações de amizade e de familiarismo consta a língua.

Ao falar da função identitária da língua num determinado povo, importa referir que, do ponto vista linguístico a língua é um dos importantíssimos elementos culturais.

Porque a língua é a expressão da mente. Ela é a base que utilizamos para elaborar nosso pensamento e para nos expressarmos. Se deixamos de olhar para um indivíduo e encaramos um grupo social mais amplo, é fácil observar a relação entre o idioma e a cultura. Durante uma aula do mestrado, o professor de Divulgação Histórica, Arqueológica e Cultural no Jornalismo de Viagens perguntou à turma porque eles acreditavam que os catalães e os bascos, mesmo depois de tanto tempo incorporados à Espanha, ainda possuíam uma identidade tão forte enquanto grupo cultural, Becattini (2019).

A língua não apenas influencia nosso comportamento, mas também define as categorias e distinções que são importantes para aquele grupo. Tentar entender um conceito que não está presente no nosso idioma pode ser um verdadeiro exercício mental. Não é a toa que palavras consideradas sem tradução são realmente difíceis de serem explicadas em outras línguas: o máximo ao que podemos chegar são significados parciais. Os significados completos ficam perdidos no ar, Becattini (2019).

É na visão deste segundo caso que se concentra a nossa abordagem, por acreditar que a sociedade é o elemento crucial para a transmissão da língua.

Porque nos últimos dias, muitos mais velhos constituem-se objectos de comédia, porque preferem falar o português dum forma errada e os jovens ficam a rir-se deles. Tudo para evitarem a falar o ibinda porque acham que falar ibinda é se inferiorizar.

Papel do Estado no resgate do ibinda aos municípios

O estado deve valorizar mais as línguas africanas, pois muitas delas com o passar do tempo correm o risco de extinção, pois elas concentram e conservam a tradição dos povos africanos. É uma boa iniciativa do Estado angolano começar com o processo de inserção das línguas de matriz africanas no sistema de ensino, mas requer ainda políticas mais desdobradas, tais como a aprovação por regiões linguísticas, algumas línguas africanas como segundas línguas oficiais a serem usadas em todos locais públicos e principalmente na escola.

Porque se essas línguas forem usadas nos locais públicos, poderá acabar com a descriminação que se verifica, onde muitos falantes dessas línguas são considerados gente atrasados.

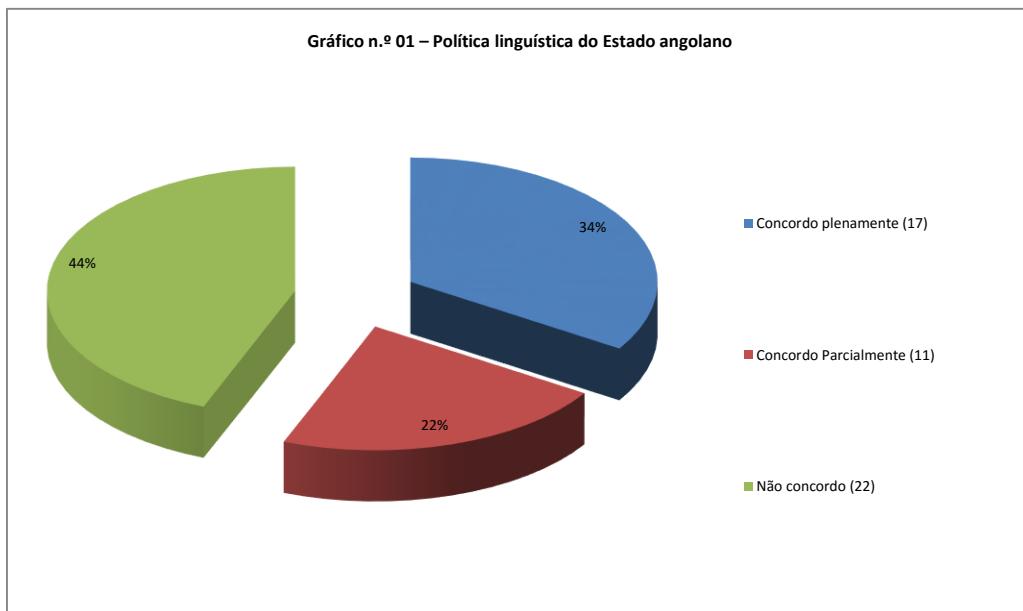
O presente trabalho enquadra-se, linguisticamente, na Sociolinguística por envolver estudo relacionado à língua como propriedade social de uma etnia. E quanto ao tipo de investigação considerado **descritivo**, porque tem a natureza quantitativa, apresentando dados etnográfico e histórico.

Para a realização de qualquer trabalho investigativo e principalmente de natureza descritivo é necessário a utilização de métodos. E no quadro do desenvolvimento deste artigo considerou-se como principais métodos a observação, estudo documental e como técnica de colecta de dados a entrevista. A escolha dos métodos e técnica de colecta de dados é fundamentada nos ideais de Gil (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente item é reservado para apresentação dos resultados de campo acerca do tema “O fenómeno da desvalorização da língua Ibinda pelos jovens do bairro Marien Ngouabi: uma incursão aos factores sociolinguísticos da Cidade de Cabinda”, o mesmo contou com uma amostra de 50 municípios.

Figura 1. Política linguística do Estado angolano a respeito das línguas africanas.

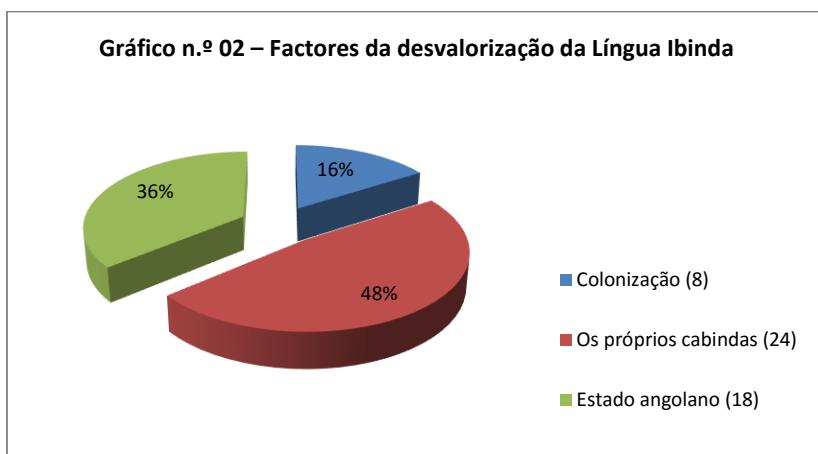


Fonte: Elaboração dos autores.

Interpretação dos gráficos

Quanto às políticas linguísticas do Estado angolano, pediu-se aos inquiridos que emitissem opiniões sobre o contexto actual, 44% afirmou que política linguística do Estado Angolano não ajuda a conservar, divulgar e investigar as línguas africanas – o caso do ibinda, tudo porque, essa língua ainda não foi incluída no sistema de ensino, tal como acontece em algumas províncias como Lunda-Norte, onde cokwe já tem suportes teóricos como manuais de ensino, gramáticas entre outros materiais. Não se incentiva o uso do ibinda no local de serviço, tal como inglês, pelo contrário, os jovens são obrigados a aprender línguas estrangeiras para aquisição de emprego, principalmente no ramo de petróleos.

Figura 2. Valor social das línguas africanas nos jovens munícipes do bairro Marien Ngouabi / Cabinda



Fonte: Elaboração dos autores.

Interpretação do gráfico

Por último, como principal culpado da desvalorização da Língua Ibinda nos jovens munícipes, 48% afirmou que a culpa é do Estado por não traçar políticas linguísticas que visam conservar o ibinda de uma forma prática e por outro, a culpa é dos próprios cabindas que não valorizam a sua cultura.

CONCLUSÕES

O desaparecimento da língua, no nosso entender, acarreta inúmeras consequências desde o ponto de vista cultural e étnico. Pois entendemos que a língua carrega consigo traços culturais que, ao passar para

outra deixam de existir, pois como defendem inúmeros autores da neurolinguística, o raciocínio humano está associado à língua, logo, deixar de falar uma língua é deixar de pensar de acordo com a nossa cultura. Pois o desaparecimento dessas línguas acelera o processo de aculturação europeu.

O preconceito lingüístico nesta região tem diversas motivações desde do ponto de vista social, político e religioso. Politicamente constata-se falta de incentivo, pois falar ibinda não abre oportunidades de emprego comparativamente com o inglês. Esta última língua garante mais oportunidades nas empresas privadas, principalmente nas empresas petrolíferas.

A questão da valorização das línguas africanas deveria ser uma preocupação de todos estados africanos, como não deixaria de ser, o Estado angolano, não apenas com a inclusão não bem concebida das línguas africanas no sistema de ensino, mas também a necessidade de obrigar que, por regiões se adoptasse duas línguas oficiais – português e uma das línguas africanas predominante, no nosso caso – o ibinda. Para que essas sejam faladas na imprensa, na administração local, igreja, escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdula, R. A., Tibane, A. A., & Quebi, D. O. (2017). Língua Portuguesa em África: Políticas Linguísticas e Crioulos em Debates. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).
- Becattini, N. (2019). A relação entre língua e cultura. Belo Horizonte.
- Bernardo, J. (2020). Preconceito Linguístico. Brasil.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas S.A.
- Madureira, A. D. (2001). Cabinda: de Chinfuma a Simulambuco. Lisboa: Estampa.
- Marconi, M. D., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas S.A.
- Mpanzo, M. (2018). Tendências actuais sobre o ensino da gramática das Línguas não Maternas. Luanda: ECO7.
- Muller, P. R. (2015). Historicidade, pós-colonialidade e dinâmicas das tradições Etnografia e mediações do conhecimento em Cabinda, Angola. Porto Alegre.
- Saussure, F. D. (1997). Curso de lingüística geral. São Paulo: Cutrix.
- Silva, D. B. (2010). Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global. Rio de Janeiro: Revista África e Africanidades.

Síntese curricular do autor

Lic. Martins Nvuenda Baveca, professor de Língua Portuguesa no Ensino Secundário. É licenciado desde 2016, em Língua Portuguesa, pela Universidade Lueji A Nkonde. Foi docente colaborador, na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (ESPLN), desde 2016 a 2020, cujo vínculo laboral terminou em Março do corrente ano. Leccionou as cadeiras de Introdução aos Estudos Linguísticos, Morfologia e Sintaxe de Língua Portuguesa 1 e 2, Língua Portuguesa 1 e 2, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa 1 e 2 e Teoria da Literatura.